



## Município de Presidente Prudente

Assistência Social

TERMO DE AUXILIO 53/2020/2020

FMDCA

Lei Autorizadora:- 5396/2000

### Projeto:- Projeto "Natação Adaptada\_Material Permanente"

**TERMO DE AUXILIO** que entre si firmam o Município de Presidente Prudente e a Organização da Sociedade Civil **Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas "Lumen Et Fides"**, mediante o estabelecimento de cooperação técnica e financeira.

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**, com sede à Avenida Coronel José Soares Marcondes n.º 1200, nesta cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Srª. Luzia Fabiana Sales Macedo, brasileira, Casada, portadora do RG 27.203.773-4 / CPF 265.607.058-97, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a **OSC Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas "Lumen Et Fides"** com sede na Rua Maria Fernandes, n.º 449 inscrita no CNPJ sob n.º **53.302.675/0001-51**, neste ato representado, de acordo com seu estatuto, pelo seu Presidente Sr (a) **Mauro de Paula Trojilo** portador (a) da cédula de identidade RG n.º **9.537.163-1** e do CPF n.º **544.579.638-87** doravante designada simplesmente **OSC**, obedecendo ao disposto no Edital de Chamada Pública **Resolução CMDCA n.º 41/2019** e, ainda, em consonância com o Plano de Trabalho, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso apresentados pela OSC, analisados e aprovados pelo CMDCA, conforme classificação final publicada pela Resolução n.º **52/2019** celebram o presente **TERMO DE AUXILIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:-

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste **TERMO DE AUXILIO** a efetivação do Projeto apresentado pela OSC para o desenvolvimento do Serviço de Proteção Social Especial para Criança e Adolescente com Deficiência e suas Famílias observados os princípios, objetivos e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano de Trabalho que constitui parte integrante deste **TERMO DE AUXILIO**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

I. O VALOR TOTAL DO **TERMO DE AUXILIO** é de **R\$ 14.670,00 (quatorze mil seiscientos e setenta mil reais)** pagos em **01 parcela**, conforme cronograma de desembolso apresentado, cuja despesa correrá à conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinado à execução específica do **Projeto "Natação Adaptada\_Material Permanente"** aprovado pelo CMDCA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

I. O presente **TERMO de AUXILIO** vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial do Município até 31/12/2020, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CMDCA

Constituem obrigações do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**:

- I. Transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula SEGUNDA do presente **TERMO DE AUXILIO** em conformidade com a **Resolução CMDCA Nº 52/2019**.
- II. Dar conhecimento à **OSC** das normas programáticas e administrativas dos Projetos, Programas e Serviços, objeto do **TERMO DE AUXILIO** celebrado com o **MUNICÍPIO**;
- III. Apoiar tecnicamente a **OSC** na execução das atividades objeto deste **TERMO DE AUXILIO**;
- IV. Promover o treinamento dos recursos humanos necessários à execução do objeto conveniado, sempre que necessário;
- V. Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **OSC** em decorrência deste **TERMO DE AUXILIO**;



## Município de Presidente Prudente

### Assistência Social

- VI. Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **OSC**;
- VII. Assinalar prazo para que a **OSC** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste **TERMO DE AUXILIO**, sempre que verificada alguma irregularidade.
- VIII. Suspender, por iniciativa própria, novos repasses, quando esgotado os prazos estabelecidos para a regularização das pendências, exigindo da conveniada, se for o caso, a devolução do numerário, com os devidos acréscimos legais;

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS OSCS**

Constituem obrigações da **OSC**:

- I. Permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de **AUXILIO**, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de **AUXILIO**, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- II. Executar o serviço, programa ou projeto a que se refere à Cláusula Primeira, a quem deles necessitar, na conformidade do Plano de Trabalho;
- III. Utilizar o recurso recebido de acordo com o Plano de Aplicação apresentado na celebração deste Termo de **AUXILIO**;
- IV. **FAZER PAGAMENTO SOMENTE DOS FUNCIONÁRIOS VINCULADOS A PARCERIA, SENDO VEDADO A INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS QUE NÃO ESTEJAM RELACIONADOS NO PLANO DE TRABALHO APRESENTADO NA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA.**
- V. Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI. Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços, sem discriminação de qualquer natureza;
- VII. Manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Termo de **AUXILIO**;
- VIII. Aplicar integralmente os recursos na prestação dos serviços objeto deste Termo de **AUXILIO**, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;
- IX. No período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e a sua efetiva utilização, aplicar os recursos em Caderneta de Poupança de instituição financeira pública, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou, em **FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE CURTO PRAZO** ou operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos menores que um mês. O descumprimento do disposto nesse inciso obrigará a **OSC** à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, devidamente atualizado até a data do efetivo depósito;
- X. Manter e movimentar os recursos recebidos em conta bancária específica em instituição financeira pública;
- XI. Apresentar semestralmente ao **MUNICÍPIO** o relatório das atividades desenvolvidas, e mensalmente a relação nominal dos atendidos - Prestação de Contas Mensal, assinada pelo representante legal da **OSC** e do técnico responsável;
- XII. Prestar contas ao **MUNICÍPIO** quadrimestralmente de acordo com o Inciso 13.3.1 da Resolução CMDCA 52/2019;
- XIII. Prestar conta **FINAL** de acordo com o Inciso 13.3.3 da Resolução CMDCA 52/2019 ao **MUNICÍPIO** nos moldes do Artigo 168 da Instrução Normativa 02/2014 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- XIV. Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;



## Município de Presidente Prudente

### Assistência Social

- XV. Assegurar ao **MUNICÍPIO**, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Tribunal de Contas, o livre acesso e as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Termo de Colaboração;
- XVI. Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Municipal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições deste Termo de Colaboração.
- XVII. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- XVIII. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, sendo que a falta da publicação implicará no impedimento de repasse;
- XIX. Prestar atendimento gratuito à população, em conformidade com a Legislação vigente;
- XX. Manter os documentos abaixo, devidamente preenchidos e atualizados:
- Ficha individual de inclusão no serviço;
  - Livro de presença com relação nominal dos beneficiários das ações conveniadas;
  - Livro de registro de demanda por vaga na unidade, no qual se registrará o nome e o número de identidade do pretendente.
- XXI. Seguir rigorosamente as orientações contidas no Manual disponibilizado pela SAS - Secretaria Municipal da Assistência Social e suas alterações;
- XXII. Manter em dia os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- XXIII. Atender ao princípio da economicidade, mantendo em seus arquivos as cotações para aquisição de produtos, sendo obrigatória a pesquisa em no mínimo 3 fornecedores para aquisições acima de R\$500,00.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

I. O **MUNICÍPIO** efetuará repasses de recursos financeiros à **OSC**, na conformidade da Lei n.º 5.396/2000 (Lei que institui o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e do Decreto Municipal n.º **14.037/2000** (Decreto que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e de acordo com o **CRONOGRAMA** estabelecido no Plano de Trabalho, observados os dispostos na Lei Federal 13.019 de 2014 e suas alterações assim como o Decreto Municipal 27.543/2016.

II. O recurso não poderá ficar na conta corrente devendo ser aplicado em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública;

#### **CLÁUSULA SETIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A **OSC** prestará contas da seguinte forma:

- I. Mensalmente ao Gestor da Parceria, mediante apresentação da relação nominal dos atendidos no mês;
- II. Semestralmente ao Gestor da Parceria, mediante apresentação do Relatório de Atividades;
- III. Quadrimestralmente Prestação de Contas Financeira Anual a Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas (RP14) e Demonstrativo de Gastos (conforme anexos disponibilizados pela SAS), extratos bancários e notas fiscais do período (todos os documentos devem ser apresentados os originais (com carimbo de Original, com rubrica do responsável pela prestação de contas);
- IV. Entregar junto à Prestação de Contas Financeira do 3º quadrimestre os documentos referente aos incisos V, VII, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX e XX do Artigo 168 da Instrução Normativa do TCESP.

#### **V. DAS DESPESAS:-**

- Não serão aceitos comprovantes de despesas sem o comprovante de pagamento eletrônico anexo;
- Comprovantes de despesas que não estejam com o número do **TERMO DE AUXILIO** mencionado pelo Fornecedor;



## Município de Presidente Prudente

### Assistência Social

- Não serão aceitas todas as despesas vedadas pela Resolução 41/2019.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE, MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO DE FOMENTO.**

- I. O controle e a fiscalização da execução do presente **TERMO DE AUXILIO** ficarão sob encargo do Gestor da Parceria, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Comissão de Avaliação e Monitoramento da Parceria e da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- II. O monitoramento e avaliação se darão através da análise dos resultados obtidos, avaliados a partir das visitas técnicas realizadas pelo Gestor da Parceria e relatórios semestrais enviados pela OSC, através da análise financeira avaliada através das prestações de contas apresentadas, bem como dos impactos obtidos na melhoria da qualidade de vida do usuário atendido;
- III. Ao final de cada exercício o Gestor da Parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação que será encaminhado para manifestação conclusiva do Prefeito Municipal, podendo esta ser delegada a autoridades diretamente subordinadas, sendo vedada a subdelegação.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESTITUIÇÃO**

A OSC compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I. Inexecução do objeto deste **TERMO DE AUXILIO**;
- II. Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.
- III. Descumprimento de qualquer obrigação pactuada neste **TERMO DE AUXILIO**.

Parágrafo Único:- Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais até 31 de dezembro do exercício a que se refere o repasse.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este **TERMO DE AUXILIO** poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer dos partícipes, ser rescindido mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de denuncia, ou por descumprimento de suas Cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

Este Instrumento poderá ser alterado, mediante termo próprio, por acordo entre os partícipes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste **TERMO DE AUXILIO** fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, contendo os seguintes elementos:

- I. Espécie, número do instrumento, nome e CNPJ/CPF dos partícipes e dos signatários;
- II. Resumo do objeto;
- III. Valor Total do **TERMO DE AUXILIO**;
- IV. Prazo de vigência e data de assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA**

Em cumprimento do disposto na alínea "g" do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, fica designado como Gestor da presente parceria **Cristina Eiko Yonaha Zambrano (Portaria SAUDE\_83/2017)**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO**

Em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta por membros do CMDCA.



## Município de Presidente Prudente

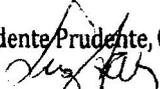
Assistência Social

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Presidente Prudente para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste **TERMO DE AUXILIO**.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente **TERMO DE AUXILIO**, em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Presidente Prudente, 03 de janeiro de 2020.

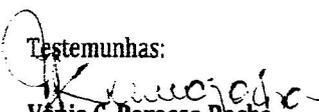
  
**Município de Presidente Prudente**  
Luzia Fabiana Sales Macedo  
Secretária Municipal de Assistência Social

**Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas "Lumen Et Fides"**

Mauro de Paula Trojilo  
Presidente



Testemunhas:

  
Vânia C. Perosso Rocha

RG 25.878.454-4

CPF 164.633.878-27

  
Thais Barboza Cafezulato

RG 48 767 730-4

CPF 344 875 488 -96



## Município de Presidente Prudente

Assistência Social

### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): Município de Presidente Prudente

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas "Lumen Et Fides"

#### TERMO DE FOMENTO

OBJETO:- Serviço de Proteção Social Especial para Criança e Adolescente com Deficiência e suas Famílias

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço - residencial ou eletrônico - ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Presidente Prudente, 03 de Janeiro de 2020.

**GESTOR DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: Nelson R. Bulgalho Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 057.603.898-90 RG: 11.516.415-7 Data de Nascimento: 19/02/1953

Endereço residencial completo: Rua dos Faisões, 262 - Jardim João Paulo II

E-mail institucional: gabinete@presidenteprudente.sp.gov.br E-mail pessoal: bugalho@terra.com

Telefone (18) 3222 6462

Assinatura: 

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

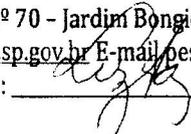
Nome: Luzia Fabiana Sales Macedo Cargo: Secretária Municipal da Assistência Social

CPF: 265.607.058-97 RG: 27.203.773-4 Data de Nascimento: 12/10/1977

Endereço residencial completo: Rua Eugenio Fernandes, nº 70 - Jardim Bongiovani - Presidente Prudente - SP

E-mail institucional: fabiana.macedo@presidenteprudente.sp.gov.br E-mail pessoal: lf\_sales@hotmail.com

Telefone(s): (18) 3908 6715

Assinatura: 

**PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome: Mauro de Paula Trojilo Cargo: Presidente

CPF 544.579.638-87 RG: 9.537.163-1 Data de Nascimento: 19/08/1951

Endereço residencial completo: Rua Victor Valério, 99 - Central Park - Presidente Prudente - SP - CEP 19060-704

E-mail institucional: lumen@recriaprudente.org.br

E-mail pessoal: maurotrojilo@gmail.com

Telefone (18) 99772 1790

Assinatura: 

